



Rua Erechim, 1381 – CEP 85812-260
Cascavel – Paraná
Telefone: (45) 3220-4890
CNPJ: 00.944.673/0001-08

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

PRÊAMBULO

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DO PARANÁ – CISOP**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.944.673/0001-08, com sede na Rua Erechim, nº 1.381, Centro, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, por intermédio de seu Presidente **LEONIR ANTUNES DOS SANTOS**, torna público, para conhecimento dos interessados, a licitação na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei Estadual 15.608/2007, Lei Complementar Federal nº 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações subsequentes, de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste edital e em seus anexos.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a **INSTALAÇÃO DE CAMERAS DE SEGURANÇA**, no CISOP E SIMPR, conforme especificações mínimas e quantidades descritas no item 2 deste edital.

2 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1 - Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, todos os serviços e produtos necessários à instalação das câmeras.

2.2 - O custo estimado total da presente contratação é R\$ 7.314,00 (sete mil, trezentos e quatorze reais). O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos das empresas:



Rua Erechim, 1381 – CEP 85812-260
Cascavel – Paraná
Telefone: (45) 3220-4890
CNPJ: 00.944.673/0001-08

3 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

3.1 - Após a conclusão da etapa de cotações, para a empresa que apresentou a proposta comercial mais vantajosa, serão exigidos os seguintes documentos:

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, acompanhado de prova de seu registro ou inscrição e de eleição de seus atuais administradores, em se tratando de sociedades comerciais ou sociedades por ações; ou
- b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir; ou
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal (Certidão Conjunta Negativa), referente à Dívida Ativa da União, abrangendo a Regularidade das Contribuições Previdenciárias e de terceiros, com validade na data de realização da licitação;
- d) Certidão de Regularidade de Situação, CRS, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, c/ validade na realização da licitação;
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- f) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual onde for sediada a Empresa;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal onde for sediada a Empresa;
- h) Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

3.2 - Os documentos necessários à habilitação deverão estar dentro do prazo da sua validade, e sua apresentação poderá ser feita através de original, fotocópia autenticada em Cartório ou emitida através da internet.

4 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

4.1 - A presente dispensa de licitação será julgada pelo critério de MENOR PREÇO.

4.2 - No caso de constatar-se erro de cálculo entre o preço unitário e o total da proposta, prevalecerá, para todos os efeitos, o preço unitário, podendo o Pregoeiro do CISOP proceder às correções necessárias.



Rua Erechim, 1381 – CEP 85812-260
Cascavel – Paraná
Telefone: (45) 3220-4890
CNPJ: 00.944.673/0001-08

4.3 - Classificadas a proposta comercial, por ordem crescente dos preços ofertados, será declarada vencedora a proponente que, tendo atendido a todas as especificações técnicas do ANEXO I, apresentar a proposta comercial de menor preço por item.

4.4 - Após a ADJUDICAÇÃO do vencedor, o Pregoeiro encaminhará o processo de dispensa para homologação pelo Presidente do CISOP.

5 – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1 - Os serviços deverão ser prestados ao CISOP e SIMPR, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00 de segunda a sexta-feira, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento, nas condições estabelecidas neste Edital.

5.2 - Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento dos produtos, serão aplicados à CONTRATADA sanções previstas neste Edital e na legislação vigente (Lei Estadual nº. 15.608/07, sem prejuízo das demais).

5.3 - A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os serviços que vier a ser recusado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento, bem como danos causados ao CISOP, ocasionado na prestação dos serviços, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação. Estando o objeto apresentado em desconformidade com o Edital, a empresa será penalizada e, conseqüentemente, será chamado o segundo classificado.

5.4 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a troca dos produtos recusados, o solicitante dará ciência à Presidência do CISOP, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda à abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei Estadual nº. 15.608/07, para aplicação das penalidades previstas neste Edital.

5.5 - A desconformidade da prestação do serviço às condições indispensáveis ao recebimento sujeitará a contratada às sanções previstas neste Edital e na legislação vigente. Todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como as despesas constantes nas legislações trabalhistas, previdenciária, fiscal e civil decorrente, correrão por conta da empresa contratada.

5.6 - A prova de entrega é a assinatura do(a) responsável pelo recebimento no canhoto da nota fiscal, que servirá apenas como ressalva ao fornecedor para fins de cumprimento da data de entrega.

5.7 - Todos os produtos solicitados deverão ser novos e de primeira qualidade.



Rua Erechim, 1381 – CEP 85812-260
 Cascavel – Paraná
 Telefone: (45) 3220-4890
 CNPJ: 00.944.673/0001-08

5.8 - Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens próprias, individuais e lacradas pelo fabricante, constando marca, especificações, número de certificado do produto na ANVISA ou órgão fiscalizador, fabricante, rótulo em português, lote, data de fabricação, nome do produto, quantidade, validade.

5.9 - O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente e integralmente, somente após a verificação de sua conformidade com as especificações qualitativas e quantitativas e consequente aceitação, por técnico da CONTRATANTE.

5.10 - Em nenhuma hipótese será admitido o recebimento diverso do objeto licitado ou com qualquer diferença das exigências e propostas contidas na licitação.

5.11 - A CONTRATADA terá de cumprir o prazo de entrega pactuado, garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos e responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento.

5.12 - Para esclarecimentos de dúvidas em relação à qualidade do produto entregue, poderá ser exigido do fornecedor a apresentação de um certificado de análise emitido por laboratório oficial, correndo todas as despesas por conta do licitante.

5.13 - A constatação de problemas na qualidade do produto, comprovada através de laudo de teste e avaliação das amostras, acarretará a substituição imediata de todo quantitativo do produto.

5.14 - O recebimento pelo CONTRATANTE não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da CONTRATADA de fornecer produtos de acordo com as condições contidas no Edital, seus Anexos e na proposta da CONTRATADA, nem invalida qualquer reclamação que o CONTRATANTE venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca/reparação.

5.15 - O Cisop reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com as especificações e condições constantes deste instrumento convocatório, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão integralmente por conta de dotação orçamentária própria do CISOP, sob o número:

Categoria	Descrição
3.3.90.36.22.00	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS



Rua Erechim, 1381 – CEP 85812-260
Cascavel – Paraná
Telefone: (45) 3220-4890
CNPJ: 00.944.673/0001-08

7 - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da aceitação e do recebimento definitivo dos serviços pelo CISOP, por meio de depósito bancário ou por outro meio que vier a ser acordado entre as partes, mediante apresentação da correspondente nota fiscal (corretamente preenchida) ao Setor Financeiro do CISOP.

7.2 - A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida a empresa para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

7.3 - A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número desta Dispensa de Licitação, banco, agência e conta corrente.

8 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Em caso de não cumprimento da entrega do serviço constante no Anexo I, ficará o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento) sobre o valor total do serviço podendo o CISOP tomar outras providências legais cabíveis.

8.2 - As penalidades previstas neste Edital serão aplicadas sem prejuízo das cominações estabelecidas na Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

9 – DA CONTRATADA

9.1 – A RUCKS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, cadastrada no CNPJ nº 16.709.756/0001-44, com sede na Rua Agenor Didoni Souto, nº 1127, Bairro Canadá, na cidade de Cascavel - PR.

10 – DA JUSTIFICATIVA

10.1 - Os serviços serão prestados, visando a maior segurança dos imóveis e pacientes que utilizam os espaços.

10.2 - A exigência para o procedimento licitatório está insculpida no artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 8.666/93, desta forma, o procedimento licitatório é sempre a regra, sendo a dispensa exceção, a qual está prevista art. 24 da Lei da Lei 8.666/93, senão vejamos:



Rua Erechim, 1381 – CEP 85812-260
Cascavel – Paraná
Telefone: (45) 3220-4890
CNPJ: 00.944.673/0001-08

“Art. 24. É dispensável a licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; ...”

Cumpre-se salientar que a alínea “a” do inciso II do artigo anterior (art. 23) mencionado na norma citada imediatamente acima é a modalidade licitatória “carta convite”, cujo valor limite, para compras e serviços é até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

Por sua vez, o §8º do Art. 23 (alterado pela Lei 11.107), estipula que:

§ 8º No caso de consórcios públicos, aplicar-se-á o dobro dos valores mencionados no caput deste artigo quando formado por até 3 (três) entes da Federação, e o triplo, quando formado por maior número.

Assim sendo, teríamos o valor limite de dispensa para compras e serviços (contratação direta) de R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos Reais)

A dispensa da licitação se justifica por ser serviços de pequena monta, conforme elencados nos Art. 23 e 24 da Lei 8.666/93 de 21.06.1993.

11 – DO FORO

11.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Cascavel/PR, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Cascavel, PR, 31 de janeiro de 2020.

**LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
PRESIDENTE**